

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.836.424 - PR (2019/0265433-4)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE : RODOVIÁRIO MATSUDA LTDA**  
**ADVOGADOS : CARLOS ALBERTO DOS SANTOS - PR022629**  
**CLEBER TADEU YAMADA - PR019012**  
**LUCAS NOGUEIRA RODRIGUES DA SILVA - PR092229**  
**RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Rodoviário Matsuda Ltda., com amparo nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da CF/1988, contra acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 156):

**TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DESCABIMENTO.**

Não havendo qualquer participação do procurador da parte executada na decisão extintiva, não se vislumbra fundamentação para condenar a União em honorários advocatícios a seu favor.

Alega a parte insurgente ofensa ao art. 90 do CPC/2015. Sustenta, em síntese, que devem ser fixados honorários advocatícios, tendo em vista que a recorrida requereu a desistência da execução fiscal somente após a citação da executada e o oferecimento de bens à penhora.

Aduz divergência jurisprudencial com julgados desta Corte Superior.

Apresentadas contrarrazões às e-STJ, fls. 191-193.

Admitido o recurso especial na origem (e-STJ, fl. 196), foram os autos remetidos a esta Corte de Justiça.

É o relatório.

Discute-se sobre a fixação de honorários advocatícios em ação de execução fiscal extinta por desistência da exequente, após a citação e oferecimento de bens à penhora pelo devedor.

Sobre o tema, este Tribunal, no julgamento do REsp 1.111.002/SP, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, processado sob o rito dos recursos repetitivos, firmou a tese de que, em casos de extinção de execução fiscal em virtude de cancelamento de débito pela exequente, é necessário perquirir quem deu causa à demanda, a fim de imputar-lhe o ônus pelo pagamento dos honorários advocatícios.

No mesmo sentido:

**PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO APÓS A CITAÇÃO DO EXECUTADO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. ISENÇÃO**

# *Superior Tribunal de Justiça*

PREVISTA NO ART. 26 DA LEI 6.830/1980. INAPLICABILIDADE. AGRAVO INTERNO DA FAZENDA PÚBLICA A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp. 1.111.002/SP, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, submetido ao rito do art. 543-C do CPC/1973, pacificou o entendimento de que extinta a Execução Fiscal após a citação do devedor e apresentação de defesa, deve-se perquirir quem deu causa à demanda a fim de imputar-lhe o ônus pelo pagamento dos honorários, em face do princípio da causalidade.

2. Na hipótese, restou consignado que o Ente Público deu início a um processo de execução contra uma empresa que estava isenta do pagamento de ICMS. Assim, cancelado o débito pela exequente após a citação da empresa executada, cabível a condenação daquela no pagamento de honorários advocatícios.

3. Também não se aplica o disposto no art. 26 da Lei 6.830/1980, já que a isenção ali prevista pressupõe a extinção da Execução Fiscal, antes da citação do devedor. Assim, o cancelamento da inscrição após a angularização da lide processual a qual não exonera a Fazenda Pública do pagamento de custas processuais.

4. Agravo Interno da FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 940.510/SP, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 25/3/2019, DJe 3/4/2019)

No presente caso, a Corte de origem não observou a orientação da jurisprudência deste Tribunal Superior. Isso porque, extinta a execução fiscal em virtude da desistência da Fazenda Pública após a citação do devedor, a decisão regional não certificou que o ente fiscal não deu causa à demanda para exonerá-lo da condenação em honorários advocatícios.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, V, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, III, do RISTJ, e na Súmula 568/STJ, dou provimento ao recurso especial para determinar o retorno dos autos à origem, a fim de que, em relação à fixação dos honorários advocatícios, seja aplicada a tese firmada no REsp 1.111.002/SP, sob a sistemática dos repetitivos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator